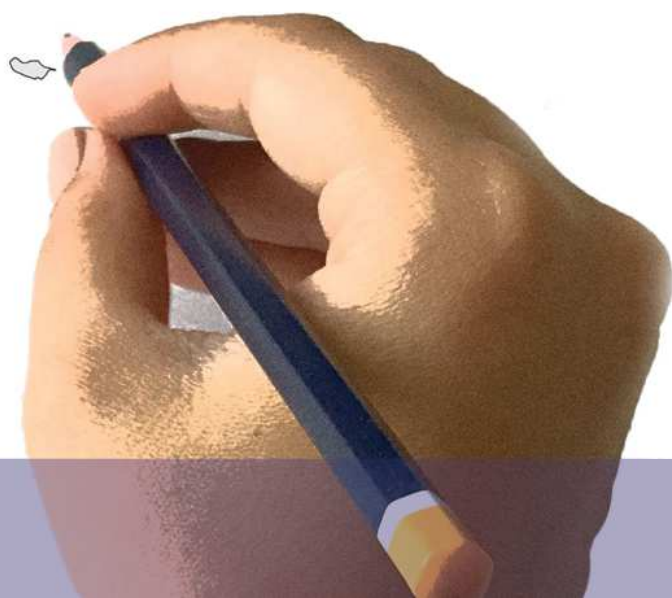


EUROPA EDUCAÇÃO CIDADANIA



LILIANA RODRIGUES
NUNO FRAGA
(org.)

LILIANA RODRIGUES
NUNO FRAGA
(ORG.)

“Europa, Educação, Cidadania”

1ª Edição - 2018

Título

Europa, Educação, Cidadania

Organizadores

Liliana Rodrigues & Nuno Fraga

Edição

Centro de Investigação em Educação – CIE-UMa
Universidade da Madeira
Campus da Penteada, 9020-105 Funchal

Design Gráfico

Énio Freitas

Impressão e Acabamento

Oficinas de São Miguel
Outeiro de São Miguel, 6300-035 Guarda

Tiragem

150 Exemplares

ISBN

978-989-54390-0-3

Depósito Legal

www.uma.pt/cie-uma

© CIE-UMa 2018



Projeto UID/CED/04083/2019



FDCTI-RAM – CIE-UMa

RETRATO DA EUROPA EM 2017 - A COESÃO SOCIAL

Liliana Rodrigues

Departamento de Ciências da Educação. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade da Madeira, Campus da Penteada, 9020-105 Funchal.

Centro de Investigação em Educação, Universidade da Madeira, Campus da Penteada, 9020-105 Funchal.

Eurodeputada Socialista e Membro da Comissão da Cultura e da Educação do Parlamento Europeu. E-mail: liliana.rodrigues@europarl.europa.eu.

Numa altura de fazer balanços e avaliações sobre o mundo que nos rodeia, irei abordar a dimensão social numa Europa a 28 dando maior ênfase à coesão social deixando para segundo plano a coesão económica e territorial.

Na abordagem da coesão social, em primeiro lugar, irei analisar as mudanças em termos de população que foram determinadas pelas questões migratórias e, em segundo lugar, as taxas de emprego, a educação e a formação, as questões de género, a pobreza, a exclusão social e a esperança de vida, o progresso social, e as metas da Europa 2020.

A avaliação geral indica-nos que, em 2016, as taxas de emprego entre a população entre os 20 e os 64 alcançou os 71%. Ou seja, ainda a quatro pontos percentuais abaixo dos 75% previstos na Estratégia Europa 2020.

A taxa de desemprego na União Europeia (UE) caiu de 10.9% em 2013, para 8.6% em 2016 e 7.7% em 2017. Mesmo assim, estamos acima das taxas de desemprego de 2008, que eram de 7%. Existem exceções a esta taxa de 2008, como são os casos da República Checa, Alemanha, Hungria, Malta, Polónia e Reino Unido. No sentido oposto, e com pelo menos mais cinco pontos percentuais acima da taxa de 7% de 2008, temos a Grécia, a Espanha, a Itália e Chipre. Em relação ao desemprego jovem, Grécia e Espanha encontram-se nos locais mais elevados, com uma taxa de desemprego a chegar aos 40%.

No que diz respeito à pobreza e à exclusão social recuamos aos níveis de pré-crise. Esses riscos mantêm-se elevados em quinze cidades e baixos em quinze zonas rurais, tal como em áreas suburbanas. As disparidades regionais no desemprego e na aquisição de rendimentos têm encorajado à mobilidade, o que significa o decréscimo da população e a colocação de uma enorme pressão sobre os serviços e infraestruturas públicas. Mas outro factor tem sido determinante para esta pressão: o significativo aumento de pedidos de asilo que atingiu 1.2 milhões em 2015 e em 2016. Não será demais referir que este número de pedidos de asilo corresponde a 0.5% da população activa da UE e que a sua redistribuição equitativa

está longe de ser atingida. Sem uma efectiva integração destas pessoas não haverá coesão e, ainda menos, a ideia de um futuro afortunado para todos.

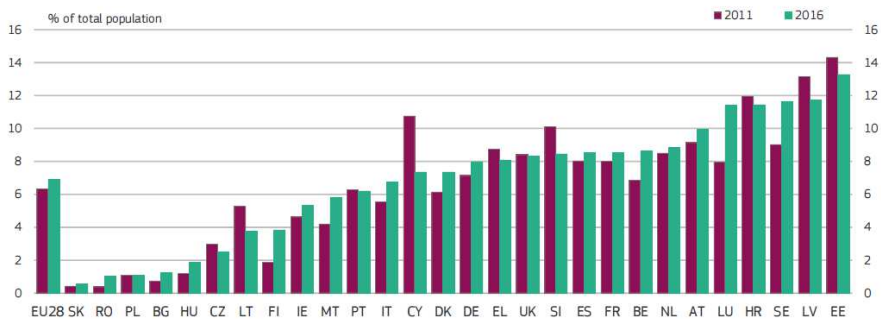
A COESÃO SOCIAL

1. A população europeia e a migração

Nos anos 60 tivemos um aumento populacional de mais de 3 milhões por ano na UE a 28. Em 2000, a estes números, são adicionados mais 350 mil e em 2015, pela primeira vez, há uma redução da população europeia. Em 2015 a migração aumentou a população europeia em 1.8 milhões, sem contabilizar os pedidos de asilo.

Em 2016, 10.7% da população europeia nasceu no estrangeiro, seja fora ou dentro das fronteiras da União. Comparando com 2011 trata-se de um aumento de 0.7%. Os nascimentos num outro país da UE em 2011 eram de 3.7% e em 2016 foram de 3.8%. Com mais dois pontos percentuais temos o Luxemburgo e a Eslovénia. Abaixo destas médias estão a República Checa com 2%, a Alemanha com 1% e a Irlanda com 0.5%.

Figure 2.2 Population born outside the EU-28, 2011 and 2016



Source: Eurostat

Em muitos países, nas regiões intermédias e nas zonas rurais houve mais óbitos do que nascimentos, o que tem levado a uma clara diminuição da população. São os casos da Roménia, Hungria, Países Bálticos e Alemanha onde a redução apenas não aconteceu nas zonas metropolitanas. A redução da população é também visível noutros países como é o caso de Portugal, Espanha, França, Polónia e Reino Unido. Na verdade, no total de 31% de cidadãos que abandonaram

as suas regiões não se verificou a entrada de novas ou dessas pessoas a (re)entrar nessas mesmas regiões entre os anos de 2005 e 2015.

A migração oriunda de fora da UE e a mobilidade dentro dos Estados Membros têm sido afectadas pelas condições de vida, desemprego e diferentes modos de discriminação. São nas capitais metropolitanas que se verifica o maior crescimento da população, com um aumento de 8% entre 2005 e 2015. Nas regiões intermédias as taxas mantêm-se inalteradas, nas regiões urbanas sobe para 6% e nas zonas rurais sobe 1%. Os dados mostram que são os jovens a procurar a mobilidade. A principal razão deve-se ao factor desemprego.

Em Portugal, na Hungria, na Letónia, na Croácia e no Reino Unido a taxa de emprego dos nascidos num outro país da UE é francamente superior aos nascidos nativos, mas na maior parte dos países europeus isto não se verifica. São os casos mais visíveis da Suécia, Bélgica, Holanda e França onde as dificuldades com a língua local, as qualificações e o respectivo reconhecimento são obstáculos sérios para encontrar um emprego.

Noutros países, em 2016, as taxas de emprego dos não nascidos na UE são elevadas, mas apenas para aqueles que detêm a educação básica, o que nos leva a questionar sobre a possibilidade de *dumping* social. São os casos de Chipre, República Checa, Espanha, Grécia, Itália, Luxemburgo, Malta e Eslovénia. Mas as questões de género também têm uma coisa a dizer aqui. As taxas de emprego são mais elevadas para os homens do que para as mulheres em todos os países da União, independentemente do país de nascimento, mas, em especial, para os que não nasceram na UE.

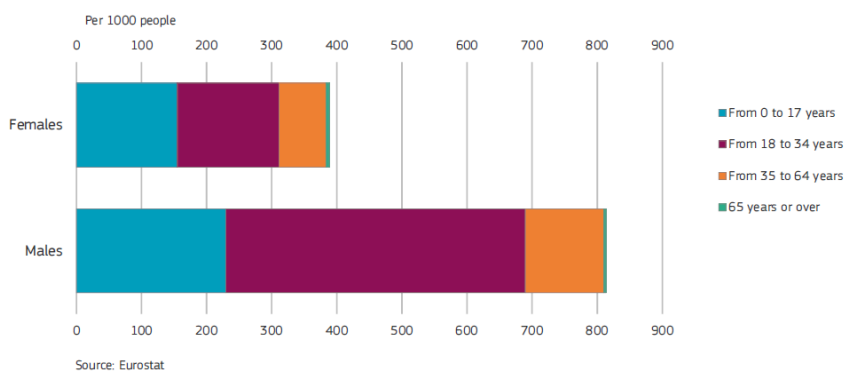
Bélgica, Grécia, Reino Unido, Bulgária, Polónia, Itália e Malta apresentaram, em 2016, uma diferença de 20 pontos percentuais. Isto diz muito sobre as normas, a cultura, a falta de oportunidades e salários desiguais no que diz respeito às mulheres nesses países.

Também em relação aos requerentes de asilo e refugiados, entre 2015 e 2016, os Estados Membros receberam 2.4 milhões de pedidos de protecção internacional o que corresponde a um aumento de 7% na UE, sendo que na Alemanha e na Finlândia corresponde a um aumento de 18%, 1.8% na Suécia e 1.5% em Áustria. O total em termos de crescimento na população europeia será de 0.5%. Se verificarmos o número de pedidos aceite a correspondência será de 0.1% na população europeia, de 0.7% na população sueca e 0.5% na população alemã.

Os grupos mais vulneráveis que pediram asilo foram os menores desacompanhados que na UE duplicaram entre os anos de 2013 e 2014. De 13 mil passou para 23 mil e quadruplicou no ano seguinte, 2015, com 92.205 pedidos de asilo de menores desacompanhados. 59% destes jovens foram recebidos pela Suécia e pela Alemanha. Em 2016 estes números descem para 63.280 pedidos.

Ainda assim, foi a Alemanha que mais pedidos de asilo recebeu se olharmos para todos os países em 2016. Mas não está garantido o estatuto de refugiado a todos aqueles que querem ficar na UE. A maior parte das pessoas que pedem asilo são jovens do sexo masculino e há uma desproporção enorme em termos de idade.

Figure 2.6 First-time asylum applications in the EU-28 by gender and age, 2016



A integração destas pessoas passará pelo ensino da língua do país de acolhimento, pela educação e formação, trabalho e ajuda na criação de empresas. As possibilidades dos refugiados e de outras pessoas nascidas fora da UE encontrarem emprego aumenta conforme os níveis de educação e de formação, mas esse aumento não é igual para os que nasceram no seu próprio país ou num país da UE.

2. EMPREGO

Em 2016, as taxas de emprego na UE para a população activa (20-64 anos) ultrapassou os níveis de pré-crise pela primeira vez. Em 2008 era de 70% e no ano de 2016 era de 71%. Mas este aumento não se verificou em todos os Estados Membros. Na Grécia encontra-se a dez pontos dos valores de 2008 (60%), em Chipre a oito pontos (62%) e na Espanha a cinco pontos (65%). Malta e Hungria têm melhores desempenhos com mais cinco pontos (80%). Em seis Estados Membros foram atingidas as metas da Europa 2020 com uma taxa de 75% de emprego. São os casos da Suécia, Alemanha, Dinamarca, Reino Unido, Estónia e Holanda. Em metade dos Estados Membros essa taxa ficou abaixo dos 70% sendo que a Grécia, a Espanha, a Croácia, a França e a Itália encontram-se abaixo dos 65%. Assim, estou em crer que as metas de 2020 não serão atingidas.

Se analisarmos o aumento do emprego por regiões verificamos que é mais modesto devido a anos e anos de desigualdades e assimetrias entre dimensões locais. Entre 2008 e 2016 o desemprego aumentou em simultâneo com o aumento das taxas de emprego. Isto significa que as taxas de criação de emprego não acompanharam o crescimento da força de trabalho. De uma taxa de desemprego que se situava nos 10.9% no ano de 2013, em 2016 caiu para os 8.6%. Particularmente em algumas regiões do norte e leste da UE essas taxas eram baixas antes da crise, mas nos países do sul estavam 10% acima da média europeia, ou seja, acima dos 20% em 2013. Os casos mais gritantes, em termos regionais, são as regiões da Grécia, Itália, Espanha e as regiões ultramarinas francesas.

O desemprego jovem, 15-24 anos, em 2013 era de 23.7% e em 2016 encontrava-se nos 18.7%, o que ainda é muito alto se compararmos com os 15.9% de 2008. Estes valores são particularmente altos nas regiões menos desenvolvidas (24%), mas mais elevados nas regiões em transição (27%). A percentagem de jovens que não trabalham nem estudam (NEET) também baixou em 2016 com 11.5%, se compararmos com 2012, que tinha uma taxa de 13.2%. Em 2008 era de 10.9%. Este problema é mais elevado nas regiões menos desenvolvidas e nas regiões em transição.

Table 2.7 Youth unemployment, those not in employment, education or training (15–24) and participation in education and training (25–64) by category of region, 2008–2016

		Less developed regions	Transition regions	More developed regions	EU
Youth unemployment rate (% of labour force 15–24)	2016	24.4	27.3	16.7	18.7
	change 2008–2016	4.7	6.4	2.9	2.8
Not in employment, education or training (% population 15–24)	2016	15.4	13.7	9.6	11.5
	change 2008–2016	2.6	0.0	0.3	0.6
Participation in education and training (% population 25–64)	2016	4.6	11.6	12.9	10.8
	change 2008–2016	0.2	2.2	1.8	1.3

Source: Eurostat, Labour Force Survey

3. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Em relação à educação e formação havíamos decidido, na estratégia Europa 2020, que era importante garantir que 15% da população com idades entre os 25 e os 64 anos deveriam receber formação contínua comparando com os 9% que estavam neste sistema de formação em 2013. Em 2016 chegamos aos 11% e apenas sete Estados Membros atingiram ou superaram este objectivo. As disparidades são imensas não apenas entre os Estados Membros como dentro dos

próprios, sendo que os casos mais preocupantes são os de Itália, França, República Checa, Hungria e Alemanha. As pessoas que necessitam de formação contínua, em geral, são mais resistentes a participar neste tipo de formação e é preciso criarmos estratégias de inclusão para as trazer para a educação não formal. Daí o programa “New Skills Agenda for Europe”¹.

Outro objectivo europeu é a redução do abandono escolar em pelo menos 10%. A taxa de abandono escolar europeia de jovens, entre os 18 e os 24 anos, que não estão a frequentar a escola ou educação profissional é de 11% entre os anos de 2014 e 2016. Espanha, Portugal, Itália, Bulgária e Roménia estão longe de alcançar esta meta dos 10% em quase todos os seus territórios, enquanto a Bélgica, a Alemanha, o Reino Unido e a Grécia tem variações entre regiões dentro dos seus países. Por exemplo, em Bruxelas a taxa de abandono é de 15% enquanto no resto do país é de 10%.

O abandono escolar tem causas múltiplas, mas não posso deixar de elencar as dificuldades socioeconómicas, as grandes concentrações de migrantes, a incapacidade das instituições educativas em reter estes jovens migrantes na escola e isto é mais visível nas grandes cidades. Decorre ainda, como refere os resultados do Relatório Pisa 2016, que as competências dos jovens em matemática tem um rendimento baixo de 22%, na leitura de 20% bem como nas ciências. Ou seja, 22% dos jovens europeus não entendem a matemática, 20% não compreendem o que leem, nem percebem a linguagem das ciências.

Somando o desempenho nas três disciplinas chegamos aos 35% na Bulgária, Roménia e Chipre. A Finlândia, a Estónia e a Irlanda chegam aos 15% e apenas a Dinamarca e a Eslovénia aproximam-se das metas europeias de 10%.

Este problema também se coloca na vida adulta e os níveis mais elevados de literacia e numeracia encontram-se na Finlândia, Holanda, Suécia e fora da UE, no Japão. Os níveis mais baixos são em Espanha, Grécia e Itália. Uma conclusão é certa: a desigualdade na compreensão da matemática e da leitura está relacionada com a desigualdade de rendimentos.

A educação e a formação profissional têm um papel relevante no futuro dos jovens, pois com a aquisição de competências transversais e com a criação de trabalho especializado teremos uma transição facilitadora para o emprego e para a formação ao longo da vida, que deverá estar sintonizada com as necessidades de formação dos recursos humanos ou com a manutenção das competências da força de trabalho. Neste tipo de educação na UE são inscritos, todos os anos, 13 milhões de pessoas.

¹<http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1223>

Em 2015 os estudantes que frequentavam o ensino vocacional tiveram maior facilidade na transição para o mercado de trabalho, com índices mais elevados de empregabilidade, do que aqueles que frequentaram o ensino secundário geral sem frequência do ensino superior. A taxa de empregabilidade dos primeiros é de 73% contra os 61% dos segundos. Os países com maior diferença de empregabilidade entre estes dois tipos de educação são: Bélgica, Alemanha, Estónia e Chipre. Com os mesmos índices de empregabilidade temos a República Checa, Irlanda, França, Malta, Finlândia e Reino Unido.

No entanto, continua a existir uma visão enviesada sobre este tipo de educação tanto pelos jovens como pelos seus pais, que não encontram neste tipo de aprendizagem qualquer tipo de mais-valia e talvez seja este o tempo de melhorar a relevância para os mercados de trabalho dos programas de formação profissional. Poucos são os programas que exploram na sua totalidade a formação baseada no trabalho e há ainda que garantir a passagem para a educação pós-secundária para os alunos que frequentam a educação profissional. Por isso mesmo, em 2015 os Estados Membros concordaram em reforçar competências chave nos currículos profissionais e em providenciar oportunidades de desenvolvimento destas competências.

4. AS QUESTÕES DE GÉNERO

A questão da educação e formação e do emprego também são desiguais quando atingem a dimensão do género. Em 2016 a empregabilidade dos homens com idades compreendidas entre os 20-64 anos era 12 pontos percentuais mais elevada do que nas mulheres. Em 2001 era de 18%. Em todas as regiões europeias esta tendência mantém-se, excepto no norte da Suécia e na ilha de Córsega, em França.

Malta, Grécia e Itália chegam a uma diferença de 25% e a Roménia com 20%. A média europeia em termos de taxas de desemprego é semelhante, sendo a diferença de 0.4% em 2016. Isto significa que as mulheres participam menos na força de trabalho. Muitas mulheres veem-se obrigadas a optar pela vida privada em detrimento da profissão e, no entanto, são as mulheres que detêm mais diplomas universitários em todas as regiões da UE, excepto na Alemanha. Entre 2014-2016 eram 43% as mulheres com idades entre os 30-34 anos com formação universitária contra 34% homens. Em algumas regiões europeias estes valores chegam aos 63%, como são os casos da Letónia, Eslovénia, norte da Suécia e Molise, uma região do sul de Itália. Os homens continuam a dominar a área das ciências, matemática, engenharias e tecnologias de informação.

As mulheres entre os 18-24 anos também abandonam menos a escola do que os homens e as taxas mais elevadas de abandono escolar, no nível secundário, são

na Espanha, Portugal e Itália. O único caso que contraria esta tendência é a Bulgária.

Das 297 assembleias regionais que existem na UE, as mulheres ocupam metade dos lugares apenas em 17 assembleias. Alguns países não têm nenhuma mulher nas assembleias. São o caso de cinco assembleias regionais na Hungria, Itália e Roménia. Noutros casos, inclusive nestes países mais a Eslováquia, as mulheres correspondem a 10% do total dos membros das assembleias. É na Bélgica, Espanha, França, Suécia e Finlândia que encontramos uma maior participação das mulheres na vida pública regional, com 40% de representação nas assembleias.

A média de participação das mulheres nas assembleias regionais na UE, em 2017, é de 29%. Isto significa que vamos precisar de mais 100 anos para chegarmos à paridade na representação política entre homens e mulheres. As quotas foram introduzidas para combater esta desigualdade em países como Portugal, Espanha, França, Bélgica e Irlanda.

- Uma em cada três mulheres, em todos os 28 países membros da UE, já sofreram alguma forma de violência física e/ou sexual desde os 15 anos de idade (violação, mutilação, perseguição, espancamento ou morte);
- 500 mil mulheres na UE foram sujeitas a mutilação genital (180 mil estão em risco todos os anos - Reino Unido, Itália, Alemanha, Holanda, Suécia e Bélgica).;
- 13 milhões de mulheres sofreram de violência doméstica ao longo de 12 meses;
- 3,7 milhões de mulheres sofreram de violência sexual ao longo de 12 meses;
- Uma em cada 20 mulheres foi vítima de violação desde os 15 anos de idade;
- Na Região Autónoma da Madeira duas mulheres por dia sofrem de violência doméstica. Em 2017 50% das mortes pelas mãos de um companheiro ou ex-companheiro aconteceram nesta região de Portugal.

Os países que melhor tratam as suas mulheres são europeus e os piores países, a nível mundial, para se ser mulher e que usam ou usaram o corpo da mulher como arma de guerra foram:

- Ruanda (1994) - 100 mil e 250 mil mulheres foram violadas durante o genocídio;
- Serra Leoa (1991-2002) - 60 mil mulheres foram violadas durante a guerra civil;

- Libéria (1989-2003) - 40 mil vítimas;
- República Democrática do Congo (desde 1998) - 200 mil vítimas;
- Jugoslávia (1992-1995) - 60 mil declarados, mas estimam-se cerca de 1 milhão;

Outros casos de países e grupos: Etiópia, Sudão do Sul, Síria, Rússia, Turquia, Polónia, Hungria, Líbano, Estados Unidos da América, Boko Haram, ISIS e outros mais. Atente-se ao quadro seguinte.



Seria importante que todos os países da UE rectificassem a Convenção de Istambul, que é um instrumento fundamental no combate à violência sobre as mulheres. Em Fevereiro de 2017 na UE- 28, 13 países não tinham rectificado esta Convenção mesmo depois do pedido da Comissão Europeia, alertando para a urgência no combate a este flagelo dentro da UE². Presentemente, em Dezembro de 2017, são ainda 11 os países que ainda não deram o passo na protecção das mulheres dos seus países³.

“Espancadas, violadas, perseguidas ou submetidas a mutilação genital feminina, muitas mulheres e raparigas na Europa sofrem em silêncio ao serem-lhes

² http://europa.eu/rapid/press-release_IP-16-549_pt.htm#top-page

³ <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/210/signatures>

negados os meios para se afastarem das situações e circunstâncias em que se veem indefesas. A Europa tem de, uma vez por todas, acordar para esta realidade”, insta o diretor de Políticas e Legislação da Amnistia Internacional, Michael Bochenek⁴.

5. POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

O risco de pobreza é calculado segundo a relação da média dos rendimentos nacionais e a sua redução em 60%. No caso português seria sobreviver com 222,57 euros mensais. Este risco mede, também, a privação de necessidades básicas, como uma refeição diária, e aqueles que trabalham apenas 20% do tempo disponível para o mercado de trabalho.

São nas zonas rurais que existe o maior risco de pobreza (19.8%) seguido das cidades com 16.7% e aldeias e subúrbios com 16%.

Em 2015, 23.7%, ou seja, quase um quarto da população na UE corria o risco de pobreza ou de exclusão social. Ainda que tenhamos recuado aos níveis de 2008 continuam em risco as pessoas que vivem no sul da União e nos países bálticos. Assim, Bulgária, Croácia, Letónia, Lituânia, Roménia, Grécia, Itália e Chipre são os países que correm maiores riscos de pobreza e exclusão social dos seus cidadãos. Um dado interessante é que apesar de nestes países o risco de pobreza ser maior nos países do sul é num deles que encontramos a esperança de vida mais longa da UE. Em Itália com 82.7 anos. O recorde pertence a Espanha com uma esperança de vida de 83 anos. A Lituânia é onde se morre mais cedo, com 79.3 anos de idade.

Mas até na morte encontramos assimetrias regionais. Por exemplo, em algumas partes da Bulgária, da Roménia, na Letónia, na Lituânia e no leste da Hungria a esperança de vida ronda os 75 anos. O mesmo acontece em termos de morte infantil com a Bulgária e a Roménia (exceptuam-se as capitais destes países) onde morrem seis crianças por cada 1000 nascimentos. A acompanhar estes países temos as regiões ultramarinas francesas, Ceuta e Melilla em Espanha, o leste da Eslováquia e algumas regiões britânicas, como West Midlands. Por contraste, temos 18 regiões europeias com valores abaixo da média europeia com duas mortes por cada mil habitantes. São os casos de Áustria, Finlândia, República Checa, Eslovénia e Espanha. Em 2015 a média europeia mostrava a morte de 3.6 crianças por cada mil nascimentos.

Daqui decorre a questão sobre a qualidade de vida dos cidadãos europeus que é medida pelo progresso social. Segundo a Global Social Progress Index⁵, o progresso social significa uma sociedade ser capaz de satisfazer as necessidades

⁴ <http://www.amnistia.pt/paises-europeus-tem-todos-de-ratificar-a-convencao-de-istambul-no-combate-global-a-violencia-contra-as-mulheres/>

⁵ <https://www.socialprogressindex.com>

básicas dos seus cidadãos, garantindo ainda a qualidade de vida das comunidades. Para tal, são usados três indicadores:

1. Necessidades humanas básicas;
2. Bem-estar;
3. Oportunidades;

Não deixa de ser interessante comparar esta definição com a visão da filosofia. Com a expansão da indústria no século XX e com o aparecimento do Homem Novo, o homem instruído, *“todos, do mais elevado ao mais baixo da escala social, deviam colaborar nesse grande projecto que tinha um nome: progresso. E, nesse sentido, cada um deveria considerar-se como um operário. A instrução era o meio; o progresso, o fim”*⁶.

Uma profunda revolução tecnológica assolou o passado século e *“o facto, em toda a sua simplicidade, é que ninguém quer renunciar ao progresso, ao simples e vil progresso materialista”*⁷ e acreditamos que todos acabarão por beneficiar deste desenvolvimento nas sociedades modernas. Mesmo os países menos desenvolvidos serão, também eles um dia, sociedades transformadas e marcadas pela tecnociência. São as sociedades de bem-estar e de consumo cujo desenvolvimento socioeconómico se deve mais aquilo que está para lá do que é necessário para a manutenção da natureza humana. Por isso mesmo, numa visão mais dura, *“são os vícios privados que constituem os benefícios públicos”*⁸.

*“Assim o vício criava o engenho,
Que, junto ao tempo e à indústria,
Tinha elevado as comodidades da vida,
Os seus reais prazeres, confortos e alívios,
A tal altura que mesmo os pobres
Viviam melhor do que antes os ricos;
E nada mais se podia acrescentar”*⁹.

Não é por acaso que os países nórdicos e a Holanda são os que demonstram ter maiores progressos sociais. A razão é simples: são os países mais ricos da UE. Bulgária e Roménia apresentam os índices mais baixos. Em 2017 o salário mínimo na Bulgária é de 235,20 EUR por mês e na Roménia é de 318,52 EUR. Na Holanda, por exemplo, é de 1 551,60 EUR. Estes salários correspondem ao ano de 2017.

⁶ WEIL, E., “A educação enquanto problema do nosso tempo” in *Quatro Textos Excêntricos*, p. 58

⁷ Idem, *op. cit.*, p. 59

⁸ SMITH, A., *A Riqueza das Nações*, p. 59

⁹ Idem, *op. cit.*, p. 67

A tabela seguinte mostra os salários mínimos europeus em 2017¹⁰. Exceptuam-se a Dinamarca, Itália, Chipre, Áustria, Finlândia e Suécia que não têm salários mínimos mas salários médios.

Tabela: Salários mínimos e médios* na UE 28 de 2017. Eurostat. (valores arredondados).

Acima dos mil euros	Abaixo dos mil euros	Abaixo dos 500 euros
Finlândia*: 3.500	Espanha: 826	Polónia: 473
Suécia *: 3.308	Eslovénia: 805	Estónia: 470
Luxemburgo: 1.999	Chipre*: 743	Croácia: 442
Dinamarca*: 1.944	Malta: 736	Eslováquia: 435
Irlanda: 1.563	Grécia: 684	República Checa: 420
Bélgica: 1.563	Portugal: 650	Hungria: 412
Holanda: 1.552		Letónia: 380
Alemanha: 1.498		Lituânia: 380
França: 1.480		Roménia: 319
Reino Unido: 1.397		Bulgária: 235
Áustria*: 1200		
Itália*: 1000		

Por aqui podemos já avançar para as nossas conclusões e de facto a UE funciona a diferentes velocidades. Os cenários previstos pelo Presidente Jean-Claude Juncker¹¹ não acrescentaram em nada aquilo que já sabíamos. Vivemos numa Europa de disparidades bastante acentuada. O rumo a seguir foi nos apresentado num livro branco¹² em que todos podem reescrever a história desta União.

Os objectivos da estratégia Europa 2020 estão ainda longe de serem alcançados. Portugal, Espanha, o sul de Itália, Croácia, Bulgária, Roménia e o leste da Hungria muito dificilmente irão cumprir todas as metas estabelecidas:

- emprego a 75% das pessoas com idades entre os 20-64 anos;
- reduzir em 19.5% o risco de pobreza e de exclusão social;
- 10% de abandono escolar;
- 40% da população entre os 30-34 anos com educação superior;
- investir 3% do PIB em investigação e desenvolvimento;
- descida em 20% das emissões de gás;

¹⁰ http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=earn_mw_cur&lang=en

¹¹ https://ec.europa.eu/portugal/news/five-scenarios-for-eu-27_pt

¹² https://ec.europa.eu/commission/white-paper-future-europe-reflections-and-scenarios-eu27_pt

- 20% de investimento em energias renováveis;
- 20% de aumento de eficiência energética;

Em termos regionais, conseguimos com que 46 das regiões menos desenvolvidas estivessem perto de atingir estes objectivos, o mesmo não acontecendo com as regiões em transição, que subiram de 76 para 80 regiões, que apenas se aproximaram das metas. Um avanço bastante modesto que demonstra bem o impacto da crise nas grandes cidades europeias, sendo que os subúrbios e as aldeias conseguiram melhorar os seus desempenhos. Dois casos são particularmente preocupantes: Grécia e Chipre, que em todos os tipos de comunidades e áreas viram as suas vidas a se deteriorar rapidamente.

A União é, de facto, um projecto em construção, mas em breve seremos 27. Até ao final de 2018 – o último ano do Reino Unido na UE –, os compromissos financeiros da UE apontam para um total de 477,2 mil milhões de euros, pelos quais Londres é responsável por 12-15% de acordo com Bruxelas. É neste *dossier* que se irão focar as negociações. O Reino Unido será chamado a pagar o sistema de pensão dos eurocratas, avaliado em 63,8 mil milhões de euros? E vai aceitar que o total dos compromissos assumidos, no valor de 241 mil milhões de euros, como calcula o *Centre for European Reform* (CER)¹³? E quanto a 2019-2020, uma vez que o quadro financeiro termina em 2020, qual a parcela que caberá a Londres?

O orçamento comunitário deve ser cortado na ordem dos dez mil milhões de euros anuais, o que significa menos política de coesão e menos dinheiro para iniciativas europeias.

Com base num estudo do Instituto Jacques Delors, a Alemanha teria de pagar mais 3,5 mil milhões de euros e a Holanda mais 760 milhões para preencher a falta britânica. Portugal, ao mesmo tempo que se sujeita a um envelope de fundos europeus menos generoso, arrisca-se também a pagar mais 7% em contribuições. O Reino Unido sai, mas deixa um desastre financeiro no interior da UE.

*Acima de tudo, "haverá um tempo, tempo
De compor um rosto para olhares os rostos que te olharem;
Tempo de matar, tempo de criar,
E tempo para todos os trabalhos e dias, de mãos
Que se erguem e te deixam cair no prato uma pergunta;
Tempo para ti e tempo para mim,
E tempo ainda para cem indecisões
E outras tantas visões e revisões
Antes de tomar o chá e a torrada".¹⁴*

¹³ <http://www.cer.eu/>

¹⁴ ELIOT, T.S., *A Canção de Amor de J. Alfred Prufrock*, p. 21

O tempo de perguntarmos o que estamos dispostos a fazer para não perder este amor pela Europa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- SMITH, A. (2006). Riqueza das Nações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. II. 4ª ed.
- SMITH, A. (2006). Riqueza das Nações. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. I. 5ª ed.
- POMBO, O. (org.) (2000). Quatro Textos Excêntricos. Lisboa: Relógio D'Água
- ARENDT, H. (2006). Entre o Passado e o Futuro – Oito Exercícios Sobre o Pensamento Político. Lisboa: Relógio D'Água Ed.
- ELIOT, T.S. (1992). *A Canção de Amor de J. Alfred Prufrock*. Lisboa: Assírio & Alvim

OUTRAS REFERÊNCIAS

- <http://www.cer.eu/>
- https://ec.europa.eu/commission/white-paper-future-europe-reflections-and-scenarios-eu27_pt
- https://ec.europa.eu/portugal/news/five-scenarios-for-eu-27_pt
- http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=earn_mw_cur&lang=en
- <https://www.socialprogressindex.com>
- <http://www.amnistia.pt/paises-europeus-tem-todos-de-ratificar-a-convencao-de-istambul-no-combate-global-a-violencia-contra-as-mulheres/>
- <https://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/treaty/210/signatures>
- http://europa.eu/rapid/press-release_IP-16-549_pt.htm#top-page
- <http://ec.europa.eu/social/main.jsp?catId=1223>